

**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3º Trimestre
Exercício 2021

Maceió, outubro de 2021



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
3º. Trimestre de 2021

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Maurício Ferreira Menezes

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAL

O Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a unificação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por meio da Resolução nr. 11 do Conselho Superior do IFAL, de 22/09/2009, publicada no DOU 25/10/2009 alterada pela Resolução nr. 03 do Conselho Superior do IFAL, de 25 de março de 2019 publicada no DOU em 02/04/2019, que trata do Estatuto com a relação de todas as Unidades pertencentes ao IFAL, incluindo a Reitoria, nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Penedo, Piranhas, Arapiraca, Maceió, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Satuba, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha e 01 campus Avançado Maceió Benedito Bentes. A Reitoria do IFAL está sediada na Rua Odilon de Vasconcelos, nr. 103, no bairro da Jatiúca, na cidade de Maceió – Alagoas, CEP: 57035-660.

Quadro 1 – Unidades pertencentes ao IFAL

Unidade Gestora	CNPJ	Unidade	Unidade Gestora	CNPJ	Unidade
158147	10.825.373/0001-55	Reitoria	158380	10.825.373/0002-36	Marechal Deodoro
158381	10.825.373/0003-17	Maceió	158382	10.825.373/0004-06	Satuba
158383	10.825.373/0005-89	Palmeira dos Índios	152800	10.825.373/0006-60	Penedo
152801	10.825.373/0007-40	Santana do Ipanema	152802	10.825.373/0008-21	Piranhas
152803	10.825.373/0009-02	Murici	152804	10.825.373/0010-46	São Miguel dos Campos
152805	10.825.373/0011-27	Arapiraca	152815	10.825.373/0012-08	Maragogi
156655	10.825.373/0013-99	Coruripe	156656	10.825.373/0014-70	Viçosa
156657	10.825.373/0015-50	Rio Largo	156660	10.825.373/0016-31	Batalha

Apenas o campus Avançado Maceió Benedito Bentes opera na plataforma da Reitoria.

Em cada Unidade do Ifal, existe uma Coordenação de Contabilidade e Finanças e na Reitoria existe o Departamento de Contabilidade e Finanças, o qual atua como Setorial Contábil de Órgão, conforme Decreto n.º 6.976/2009 e a Coordenação de Finanças como subordinada.

Quadro 2 – Unidades e contabilistas responsáveis

UG	Unidade	Contador Responsável
158147	Reitoria	Fabianna D. Lins Cavalcante - CRC/AL 006314/O-1
158380	Marechal Deodoro	Natasha Navarro Pedrosa - CRC/AL 007791/O-7
158381	Maceió	Sheila Andréia S. de Albuquerque - CRC/AL 005046/O-4
158382	Satuba	Marineide Pinto da Silva - CRC/AL 003649/O-0
158383	Palmeira dos Índios	Renata Santana Vieira - CRC/AL 005276/O-4
152800	Penedo	Carlos Eduardo Menezes Oliveira - CRC/AL 005681/O-0
152801	Santana do Ipanema	Fabianna D. Lins Cavalcante - CRC/AL 006314/O-1
152802	Piranhas	Lucas Moura Nutels – CRC/AL 008362/O
152803	Murici	Anselmo Silva Santos - CRC/AL 005373/O-8
152804	São Miguel dos Campos	Simony Maria Reis da Rocha Maia - CRC/AL 007973/O
152805	Arapiraca	Juliana Maria Silva Pereira - CRC/AL 07510/O-8
152815	Maragogi	Marlon Oliveira Pereira – CRC/DF 023755/O
156655	Coruripe	Cláudio José da Silva Dias – CRC/AL 008063/O
156656	Viçosa	Maria Patrícia Faustino da Silva- CRC/AL 007857/O
156657	Rio Largo	Rosa Maria Santos - CRC/AL 4597/O-6
156660	Batalha	Camila Oliveira Ursulino – CRC/SE 008259

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), são elaboradas em consonância com os dispositivos da lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC - TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC – TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam as contas das Unidades Gestoras do Instituto Federal de Alagoas.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e compõem:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3º. Trimestre de 2021

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, e consequentemente no IFAL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias em almoxarifado, para manutenção da Instituição. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

I) Restos a Pagar

De acordo com a Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. Referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
3º. Trimestre de 2021

4.DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
CNPJ: 10.825.373/0001-55

BALANÇO PATRIMONIAL

3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	36.314.748,19	50.724.332,64	PASSIVO CIRCULANTE	128.577.296,28	121.047.864,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.964.888,99	33.923.383,39	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	52.423.965,04	47.435.741,61
Créditos a Curto Prazo	6.967.619,35	11.471.732,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.845.176,09	3.290.805,91
Estoques	6.382.239,85	5.329.216,76	Demais Obrigações a Curto Prazo	74.308.155,15	70.321.317,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	348.521.162,43	337.414.725,61	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.975.263,14	9.833.849,40
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2.672.938,61	9.798.820,44
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	302.324,53	35.028,96
Investimentos	28,77	28,77	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	131.552.559,42	130.881.714,35
Demais Investimentos Permanentes	28,77	28,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Investimentos Permanentes	28,77	28,77	Patrimônio Social e Capital Social		
Imobilizado	346.756.730,66	337.191.293,84	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Bens Móveis	117.199.734,07	109.752.308,74	Reservas de Capital		
Bens Móveis	117.383.402,17	109.935.976,84	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-183.668,10	-183.668,10	Reservas de Lucros		
Bens Imóveis	229.556.996,59	227.438.985,10	Demais Reservas		
Bens Imóveis	235.716.039,26	233.482.238,11	Resultados Acumulados	253.283.351,20	257.257.343,90
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.159.042,67	-6.043.253,01	Resultado do Exercício	-11.140.106,53	-21.063.466,13
Intangível	1.764.403,00	223.403,00	Resultados de Exercícios Anteriores	257.257.343,90	277.098.936,00
Softwares	1.764.403,00	223.403,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	7.166.113,83	1.221.874,03
Softwares	1.764.403,00	223.403,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Amortização Acumulada de Softwares			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	253.283.351,20	257.257.343,90
TOTAL DO ATIVO	384.835.910,62	388.139.058,25	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	384.835.910,62	388.139.058,25

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	22.964.888,99	33.923.383,39	PASSIVO FINANCEIRO	146.349.743,26	85.686.728,00
ATIVO PERMANENTE	361.871.021,63	354.215.674,86	PASSIVO PERMANENTE	108.477.676,47	96.465.723,42
			SALDO PATRIMONIAL	130.008.490,89	205.986.606,83



BALANÇO PATRIMONIAL

3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	47.678.329,55	43.563.594,71	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	62.045.999,99	65.285.292,10
Execução dos Atos Potenciais Ativos	47.678.329,55	43.563.594,71	Execução dos Atos Potenciais Passivos	62.045.999,99	65.285.292,10
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.748.495,28	1.350.808,82	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	45.496.716,25	41.895.937,07	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	162.600,00	-
Direitos Contratuais	433.118,02	316.848,82	Obrigações Contratuais	61.883.399,99	65.285.292,10
TOTAL	47.678.329,55	43.563.594,71	TOTAL	62.045.999,99	65.285.292,10

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-104.652.364,20
Recursos Vinculados	-18.732.490,07
Educação	-4.328.823,91
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-3.944.776,08
Previdência Social (RPPS)	-6.066.447,20
Dívida Pública	-4.940.562,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	548.119,15
TOTAL	-123.384.854,27

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.211.475,00	1.211.475,00	95.573,88	-1.115.901,12
Receita Patrimonial	232.279,00	232.279,00	58.085,82	-174.193,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	232.279,00	232.279,00	58.085,82	-174.193,18
Receita Agropecuária	22.513,00	22.513,00	5.363,00	-17.150,00
Receitas de Serviços	940.806,00	940.806,00	4.836,43	-935.969,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	940.806,00	940.806,00	4.836,43	-935.969,57
Outras Receitas Correntes	15.877,00	15.877,00	27.288,63	11.411,63
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.877,00	15.877,00	1.116,35	-14.760,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	26.172,28	26.172,28
RECEITAS DE CAPITAL	220.355.853,00	220.355.853,00	0,00	-220.355.853,00
Operações de Crédito	220.355.853,00	220.355.853,00	0,00	-220.355.853,00
Operações de Créditos Internas	220.355.853,00	220.355.853,00	0,00	-220.355.853,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	221.567.328,00	221.567.328,00	95.573,88	-221.471.754,12
REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	221.567.328,00	221.567.328,00	95.573,88	-221.471.754,12
DEFICIT			395.892.218,70	395.892.218,70
TOTAL	221.567.328,00	221.567.328,00	395.987.792,58	174.420.464,58

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	471.492.548,00	470.044.619,00	388.863.350,57	298.840.480,34	277.230.368,81	81.181.268,43
Pessoal e Encargos Sociais	401.022.553,00	401.893.983,00	330.033.739,00	264.941.613,67	246.156.425,73	71.860.244,00
Outras Despesas Correntes	70.469.995,00	68.150.636,00	58.829.611,57	33.898.866,67	31.073.943,08	9.321.024,43
DESPESAS DE CAPITAL	3.474.378,00	5.800.181,00	7.124.442,01	222.354,55	171.981,67	-1.324.261,01
Investimentos	3.474.378,00	5.800.181,00	7.124.442,01	222.354,55	171.981,67	-1.324.261,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	474.966.926,00	475.844.800,00	395.987.792,58	299.062.834,89	277.402.350,48	79.857.007,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	474.966.926,00	475.844.800,00	395.987.792,58	299.062.834,89	277.402.350,48	79.857.007,42
TOTAL	474.966.926,00	475.844.800,00	395.987.792,58	299.062.834,89	277.402.350,48	79.857.007,42



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3º. Trimestre de 2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
CNPJ: 10.825.373/0001-55

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3º TRIMESTRE DE 2021

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.231.145,15	19.620.733,93	10.766.211,39	10.733.068,83	1.885.869,02	14.232.941,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.849.447,73	2.407.743,69	1.140,91	1.140,91	0,00	4.256.050,51
Outras Despesas Correntes	5.381.697,42	17.212.990,24	10.765.070,48	10.731.927,92	1.885.869,02	9.976.890,72
DESPESAS DE CAPITAL	11.840.421,41	12.591.908,18	12.243.825,17	11.371.468,87	38.380,47	13.022.480,25
Investimentos	11.840.421,41	12.591.908,18	12.243.825,17	11.371.468,87	38.380,47	13.022.480,25
TOTAL	19.071.566,56	32.212.642,11	23.010.036,56	22.104.537,70	1.924.249,49	27.255.421,48

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	35.551,61	33.319.105,36	33.242.690,99	49.548,08	62.417,90
Pessoal e Encargos Sociais	395,33	29.300.380,90	29.299.239,99	0,00	1.536,24
Outras Despesas Correntes	35.156,28	4.018.724,46	3.943.451,00	49.548,08	60.881,66
DESPESAS DE CAPITAL	1.004,70	953.078,17	953.078,17	0,00	1.004,70
Investimentos	1.004,70	953.078,17	953.078,17	0	1.004,70
TOTAL	36.556,31	34.272.183,53	34.195.769,16	49.548,08	63.422,60

BALANÇO FINANCEIRO
3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		2021	2020	DISPÊNDIOS		2021	2020
Receitas Orçamentárias		95.573,88	178.826,64	Despesas Orçamentárias		395.987.792,58	409.326.272,57
Ordinárias		-	-	Ordinárias		339.477.154,17	246.082.093,37
Vinculadas		95.573,88	179.560,12	Vinculadas		56.510.638,41	163.244.179,20
Educação		25.172,28	664,71	Educação		1.752.542,38	83.519.941,00
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		29.293.022,00	3.736.178,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		70.401,60	178.895,41	Previdência Social (RPPS)		25.276.130,00	45.871.055,00
				Dívida Pública		0,00	29.888.450,72
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-733,48	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		188.944,03	228.554,48
Transferências Financeiras Recebidas		356.762.214,19	349.276.543,96	Transferências Financeiras Concedidas		34.654.429,98	32.808.939,26
Resultantes da Execução Orçamentária		310.530.344,33	302.769.942,74	Resultantes da Execução Orçamentária		13.926.551,56	12.436.124,36
Repasso Recebido		296.603.792,77	290.333.818,38	Sub-repasso Concedido		13.926.551,56	12.436.124,36
Sub-repasso Recebido		13.926.551,56	12.436.124,36				
Independentes da Execução Orçamentária		46.231.869,86	46.506.601,22	Independentes da Execução Orçamentária		20.727.878,42	20.372.814,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		44.919.824,08	44.789.820,86	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.513.578,88	20.297.300,32
Demais Transferências Recebidas		0,00	0,00	Demais Transferências Concedidas		0,00	0,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.312.045,78	1.716.780,36	Movimento de Saldos Patrimoniais		214.299,54	75.514,58
Recebimentos Extraorçamentários		119.858.809,41	137.964.207,80	Pagamentos Extraorçamentários		57.032.869,32	56.568.151,21
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		21.660.504,41	23.109.507,17	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		34.195.769,16	31.375.115,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		96.924.937,69	114.205.383,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		22.104.537,70	24.620.857,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.083.709,28	566.147,49	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		732.562,46	572.178,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários		189.658,03	83.169,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		530,77	7.403,14	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	0,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,00	916,86				
Arrecadação de Outra Unidade		189.127,26	74.849,87				
Saldo do Exercício Anterior		33.923.383,39	32.989.831,64	Saldo para o Exercício Seguinte		22.964.888,99	21.706.047,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		33.923.383,39	32.989.831,64	Caixa e Equivalentes de Caixa		22.964.888,99	21.706.047,00
TOTAL		510.639.980,87	520.409.410,04	TOTAL		510.639.980,87	520.409.410,04



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	380.534.046,01	369.097.646,14
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	68.285,25	164.564,33
Venda de Mercadorias	5.363,00	36.276,71
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	62.922,25	128.287,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	359.049.173,61	353.369.409,38
Transferências Intragovernamentais	356.762.214,19	349.276.543,96
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.286.959,42	4.092.865,42
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	21.200.171,26	15.473.826,77
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.223.965,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	21.200.171,26	14.249.861,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	216.415,89	89.845,66
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	216.415,89	89.845,66

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	391.674.152,54	394.245.631,18
Pessoal e Encargos	266.450.919,85	252.004.942,65
Remuneração a Pessoal	218.532.704,50	205.804.124,51
Encargos Patronais	38.065.352,28	35.895.280,99
Benefícios a Pessoal	9.852.863,07	9.902.373,15
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	403.164,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.820.446,20	51.272.268,06
Aposentadorias e Reformas	41.567.067,23	41.323.948,05
Pensões	9.253.378,97	8.964.772,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	983.547,26
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.046.439,48	27.729.957,06
Uso de Material de Consumo	2.443.040,25	2.853.523,50
Serviços	20.487.609,57	24.666.713,78
Depreciação, Amortização e Exaustão	115.789,66	209.719,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	65.185,67	60.117,64
Juros e Encargos de Mora	65.167,07	59.376,44
Variações Monetárias e Cambiais	18,60	7,72
Descontos Financeiros Concedidos	-	733,48
Transferências e Delegações Concedidas	36.968.398,60	36.985.531,80
Transferências Intragovernamentais	34.654.429,98	32.808.939,26
Transferências Intergovernamentais	-	76.130,00
Transferências a Instituições Privadas	32.100,70	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.281.867,92	4.100.462,54
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.578.780,15	15.489.075,08
Perdas Involuntárias	84,95	6.020,29
Incorporação de Passivos	3.244.943,09	8.113.728,59
Desincorporação de Ativos	333.752,11	7.369.326,20
Tributárias	58.131,88	92.303,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.959,26	56.500,69
Contribuições	37.172,62	35.802,78
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.685.850,71	10.611.435,42
Incentivos	7.864.923,25	7.184.994,87
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.820.927,46	3.426.440,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.140.106,53	-25.147.985,04

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

3º TRIMESTRE DE 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.538.034,31	751.422,66
INGRESSOS	358.130.624,61	350.097.284,82
Receitas Derivadas e Originárias	95.573,88	178.826,64
Receita Patrimonial	58.085,82	43.800,33
Receita Agropecuária	5.363,00	36.276,71
Receita de Serviços	4.836,43	83.753,81
Outras Receitas Derivadas e Originárias	27.288,63	14.995,79
Outros Ingressos Operacionais	358.035.050,73	349.918.458,18
Ingressos Extraorçamentários	1.083.709,28	566.147,49
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,00	916,86
Transferências Financeiras Recebidas	356.762.214,19	349.276.543,96
Arrecadação de Outra Unidade	189.127,26	74.849,87
DESEMBOLSOS	-356.592.590,30	-349.345.862,16
Pessoal e Demais Despesas	-284.118.796,85	-279.922.449,84
Previdência Social	-47.783.523,44	-48.164.692,98
Educação	-235.432.450,58	-231.070.530,50
Direitos da Cidadania	-203.200,00	-694.629,50
Ciência e Tecnologia	-400.000,00	-
Organização Agrária	-300.153,60	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	530,77	7.403,14
Transferências Concedidas	-37.086.801,01	-36.042.294,31
Intragovernamentais	-37.061.249,01	-35.966.164,31
Outras Transferências Concedidas	-25.552,00	-76.130,00
Outros Desembolsos Operacionais	-35.386.992,44	-33.381.118,01
Dispêndios Extraorçamentários	-732.562,46	-572.178,75
Transferências Financeiras Concedidas	-34.654.429,98	-32.808.939,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.496.528,71	-12.035.207,30
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-12.496.528,71	-12.035.207,30
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.675.612,83	-11.314.493,77
Outros Desembolsos de Investimentos	-820.915,88	-720.713,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.958.494,40	-11.283.784,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	33.923.383,39	32.989.831,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.964.888,99	21.706.047,00

5. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

As notas explicativas tratam dos itens mais relevantes.

5.1. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. O Ifal apresenta um total de R\$ 6.967.619,35 (seis milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento a seguir.

Tabela 01

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	30/9/2021	31/12/2020
13º Salário – adiantamento	R\$ 2.759,55	R\$ 2.836.012,96
Adiantamento de férias	R\$ 99.718,11	R\$ 2.741.207,89
Viagens – adiantamento	R\$ 13,82	R\$ 13,82
Salários e Ordenados -Pagamento antecipado	R\$ 765.104,77	R\$ 1.193.018,91
Adiantamento Concedido	R\$ 6.524,19	R\$ 1.680,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	R\$ 907.728,80	R\$ 514.028,80
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	R\$ 4.185.770,11	R\$ 4.185.770,11
Total	R\$ 6.967.619,35	R\$ 11.471.732,49

Do valor total da conta de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo aproximadamente 60% (sessenta por cento) corresponde a termos de execução descentralizada concedidas e que ainda não foram realizadas as prestações de contas.

A conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada, registra os termos firmados com outros Órgãos da Administração Federal com o intuito de realizar alguns objetivos estratégicos mencionados no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Ifal, como segue:

Tabela 02

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	30/09/2021
679596 – Universidade Federal da Bahia	R\$ 2.569.266,18
689880 – Instituto Federal do Ceará	R\$ 60.000,00
693898-Universidade Federal da Bahia	R\$ 1.556.503,93
Total	R\$ 4.185.770,11

Fonte: Siafi 2021

Dos valores acima mencionados com maior representatividade, observa-se os termos de nrs. 679596 e 693898 firmados com a Universidade Federal da Bahia, os quais tratam de capacitação de alguns servidores em Mestrado Profissional.

Cabe destacar que a Universidade Federal da Bahia entregou ao IFAL a prestação de contas de um TED, o qual está sob análise da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

5.2. Estoques

O saldo contábil de Estoques não está conciliado com o Relatório de Movimentação de Almojarifado, nos *campi*: Santana do Ipanema, Piranhas, Palmeira dos Índios, Murici, Reitoria, Marechal Deodoro, Satuba, Coruripe e Rio Largo.

A justificativa para inconsistência entre o saldo contábil e o saldo do almojarifado, é que as diferenças apresentadas estão em análise conjunta com as áreas responsáveis pelo almojarifado de cada Unidade. Na Reitoria, a diferença surgiu quando da inclusão e migração dos almojarifados dos campi novos (Batalha, Coruripe, Viçosa e Rio Largo), em que foram percebidos alguns equívocos de classificação, ocasionando os problemas que estão em análise.

5.3. Imobilizado

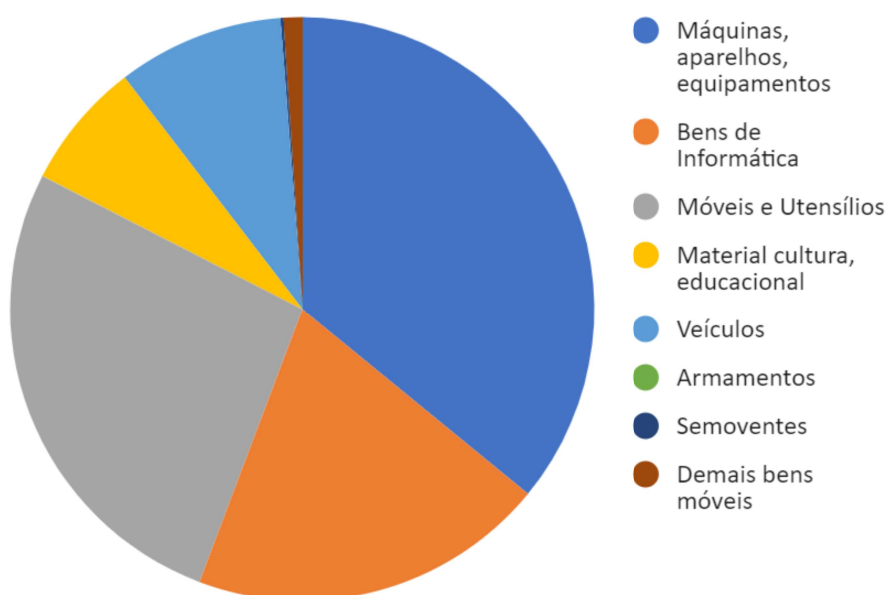
O total do Imobilizado representa 87% do total do grupo do Ativo, no segundo trimestre de 2021.

Tabela 03 – Composição do Imobilizado

	30/9/2021	31/12/2020
Bens Móveis	R\$ 117.199.734,07	R\$ 109.752.308,74
Valor Bruto	R\$ 117.383.402,17	R\$ 109.935.976,84
(-) Depreciação	-183.668,10	-183.668,10
Bens Imóveis	R\$ 229.556.996,59	R\$ 227.438.985,10
Valor Bruto	235.716.039,26	233.482.238,11
(-) Depreciação	-6.159.042,67	-6.043.253,01
Total	R\$ 346.756.730,66	R\$ 337.191.293,84

Bens Móveis

Os bens móveis pertencentes ao IFAL representam 30,45% do total do ativo em 2021. Comparando o exercício de 2020 e o terceiro trimestre de 2021, observa-se um acréscimo de 33% do total dos bens móveis, representando as aquisições ocorridas em 2021.



Os valores registrados no Balanço Patrimonial não refletem fidedignamente a realidade, devido à falta de depreciação dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas.

O valor apresentado na depreciação trata de bem doado, mas no Ifal não está sendo realizada a depreciação.

Bens Imóveis

Os bens imóveis pertencentes ao Ifal representam 66% do total do Ativo Imobilizado. Comparando o exercício de 2020 e o terceiro trimestre de 2021, observa-se um acréscimo de 8% do total dos bens imóveis em andamento, decorrente das obras em andamento das Unidades de São Miguel dos Campos, Viçosa, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios.

Tabela 04 – Composição do Bens Imóveis

	30/9/2021	31/12/2020
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	R\$ 207.605.982,35	R\$ 207.605.982,35
Edifícios	R\$ 8.164.646,28	R\$ 8.164.646,28
Imóveis de uso Educacional	R\$ 184.899.302,66	R\$ 184.899.302,66
Complexos/ Fábricas / Usinas	R\$ 14.542.033,41	R\$ 14.542.033,41
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	R\$ 622.629,64	R\$ 622.629,64
Laboratórios/ observatórios	R\$ 622.629,64	R\$ 622.629,64
Bens Imóveis em andamento	R\$ 25.364.825,80	R\$ 23.485.018,32
Obras em andamento	R\$ 25.364.825,80	R\$ 23.485.018,32
Instalações	R\$ 2.122.601,47	R\$ 1.768.607,80
Instalações	R\$ 2.122.601,47	R\$ 1.768.607,80
(-) Depreciação	-R\$ 6.159.042,67	-R\$ 6.043.253,01
	R\$ 229.556.996,59	R\$ 225.670.377,30

Fonte: Siafi 2020, 2021

5.4. Intangível

Não está sendo efetuada a amortização dos softwares adquiridos pelo Instituto, devido a limitações no controle patrimonial.

5.5. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Compreende as obrigações do Ifal junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Composição da conta de fornecedores nacionais a curto prazo por Unidade:

Tabela 05 - Fornecedores Nacionais

	30/9/2021	AV
Penedo	22.843,57	1%
Santana do Ipanema	26.035,72	1%
Piranhas	624.580,10	34%
Murici	73.087,24	4%
São Miguel dos Campos	57.726,51	3%
Arapiraca	20.139,43	1%
Maragogi	62.115,57	3%
Coruripe	29.364,67	2%
Viçosa	32.970,52	2%
Rio Largo	4.101,91	0%
Batalha	60.036,56	3%
Reitoria	499.852,45	27%
Marechal Deodoro	15.406,54	1%
Maceió	30.100,56	2%
Satuba	183.024,69	10%
Palmeira dos Índios	103.790,05	6%
	R\$ 1.845.176,09	100%

Fonte: Siafi 2021

Na tabela apresentada a seguir relacionamos os fornecedores com os valores mais significativos em aberto, na data base de 30 de setembro de 2021, nas Unidades Piranhas e Reitoria:

Tabela 06 - Fornecedores – Piranhas

	30/09/21
MTEC Energia Eireli – 22.310.0018/0001-22	R\$ 591.527,36
Potência Comércio Produtos Informática Eireli – 17.874.189/0001-44	R\$ 24.205,99
Demais fornecedores	R\$ 8.846,75
	R\$ 624.580,10

Fonte: Siafi 2021

Tabela 07 - Fornecedores - Reitoria

	30/09/21
Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda – 21.748.841/0001-51	R\$ 292.490,00
A R Engenharia e Serviços de Construção Eireli – 11.091.079/0001-20	R\$ 142.835,46
Tigre – Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda – 01.771.692/0001-34	R\$ 23.303,20
Demais fornecedores	R\$ 41.223,79
	R\$ 499.852,45

Fonte: Siafi 2021

5.6. Obrigações Trabalhistas de Longo Prazo

O Ifal apresenta o valor total de R\$ 9.798.820,44 (nove milhões, setecentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos) referente a provisão de precatórios a pagar no exercício de 2022.

5.7. Obrigações Contratuais

O Ifal possui um saldo de R\$ 61.883.399,99 (sessenta e um milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) relacionados a obrigações contratuais, distribuídos conforme demonstrativo:

Tabela 08 - Obrigações Contratuais

	30/09/21	31/12/20
Aluguéis	R\$ 3.812.089,24	R\$ 4.347.585,75
Fornecimento de bens	R\$ 3.766.103,69	R\$ 393.877,20
Seguros	R\$ 9.601,74	R\$ 35.029,09
Serviços	R\$ 54.295.605,32	R\$ 60.508.800,06
	R\$ 61.883.399,99	R\$ 65.285.292,10

Fonte: Siafi 2021, Tesouro Gerencial

6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

Para análise do Balanço Orçamentário, é importante destacar que a Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei n.º 14.144, de 22/04/2021), foi publicada em abril, por essa razão no Balanço Orçamentários as colunas Previsão Inicial e Previsão Atualizadas estão sem valores.

Quanto aos dados da Despesa, a coluna Dotação, consta os valores liberados pela STN, nos termos da Portaria STN n.º 507, de 22/09/2020.

6.1. Receitas

No terceiro trimestre de 2021, as receitas realizadas perfazem o total de R\$ 95.573,88 (noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos), sendo demonstrada de forma detalhada abaixo.

	30/09/21	AV
Receita Patrimonial	R\$ 58.085,82	60,78%
Receita Agropecuária	R\$ 5.363,00	5,61%
Receita de Serviços	R\$ 4.836,43	5,06%
Outras Receitas Correntes	R\$ 27.288,63	28,55%
	R\$ 95.573,88	100,00%

6.2. Despesas

Na execução das despesas orçamentárias, o Ifal empenhou R\$ 395.987.792,58 (trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), correspondendo a aproximadamente 83,22% (oitenta e três vírgula vinte e dois por cento) da dotação orçamentária atualizada.

Tendo sido empenhado conforme abaixo:

Tabela 10 - Execução da Despesa

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução da Despesa
Despesas Correntes	470.044.619,00	388.863.350,57	82,73%
Pessoal e Encargos Sociais	401.893.983,00	330.033.739,00	
Outras Despesas Correntes	68.150.636,00	58.829.611,57	
Despesas de Capital	5.800.181,00	7.124.442,01	122,83%
Total das Despesas	R\$ 475.844.800,00	R\$ 395.987.792,58	83,22%

Fonte: Siafi 2021

Das despesas empenhadas até o terceiro trimestre de 2021, o IFAL executou 75,52% (setenta e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) de todo o valor empenhado.

Tabela 11 - Execução das despesas empenhadas

Categoria Econômica	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas
Despesas Correntes	388.863.350,57	298.840.500,34
Pessoal e Encargos Sociais	330.033.739,00	264.941.613,67
Outras Despesas Correntes	58.829.611,57	33.898.886,67
Despesas de Capital	7.124.442,01	222.354,55
Investimentos	7.124.442,01	222.354,55
Total das Despesas	R\$ 395.987.792,58	R\$ 299.062.854,89

Fonte: Siafi 2021

E do total das despesas liquidadas o IFAL efetuou o pagamento de aproximadamente 92,83% (noventa e dois vírgula oitenta e três por cento), o que corresponde a R\$ 277.402.350,48 (duzentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e dois mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos).

6.3. Execução de Restos a Pagar Não Processados

O IFAL iniciou o exercício de 2021 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no valor total de R\$ 51.284.208,67 (cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 12 - Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos (empenhos do ano de 2020)	Reinscritos (empenhos anteriores a 2019)
Pessoal e Encargos Sociais	2.407.743,69	1.849.447,73
Outras Despesas Correntes	17.212.990,24	5.381.697,42
Investimentos	12.591.908,18	11.840.421,41
Subtotal	R\$ 32.212.642,11	R\$ 19.071.566,56
TOTAL	R\$ 51.284.208,67	

Fonte: Siafi 2021

Após análises, execuções e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, ocorridas até o terceiro trimestre de 2021, apresenta-se os seguintes resultados:

Tabela 13 - Execução dos Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Liquidar
Pessoal e Encargos Sociais	4.257.191,42	0,00	1.140,91	4.256.050,51
Outras Despesas Correntes	22.594.687,66	1.885.869,02	10.731.927,92	9.976.890,72
Investimentos	24.432.329,59	38.380,47	11.371.468,87	13.022.480,25
TOTAL	R\$ 51.284.208,67	R\$ 1.924.249,49	R\$ 22.104.537,70	R\$ 27.255.421,48

Fonte: Tesouro Gerencial

7. DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19

No ano de 2020, surgiu uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) causador de diversos tipos de infecções respiratórias, também conhecido como Coronavírus.

Considerando a Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública.

Considerando a Medida Provisória n. 942, de 02 de abril de 2020, posteriormente convertida na Lei n. 14.033, de 04 de agosto de 2020, que abriu crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Ifal no exercício de 2020, recebeu crédito orçamentário no valor de R\$ 1.022.795,17 (um milhão, vinte e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e dezessete centavos) para o enfrentamento da COVID, sendo executado como abaixo:

Tabela 14 - Empenhos COVID

Grupo de Despesas	Despesas empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas Empenhadas a Liquidar
Outras Despesas Correntes	699.874,40	539.072,93	528.945,21	160.801,47
Investimentos	322.920,77	301.912,02	301.912,02	21.008,75
TOTAL	R\$ 1.022.795,17	R\$ 840.984,95	R\$ 830.857,23	R\$ 181.810,22

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela abaixo apresentamos a lista dos empenhos que foram inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, e que ainda permanecem sem execução.

Tabela 15 – Empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

UNIDADE GESTORA	NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	NOTA DE EMPENHO	FAVORECIDO	VALOR
158147 REITORIA	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	158147264022020NE800908	33132624000111	42.000,00
	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	158147264022020NE800636	37677968000167	2.084,04
	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	158147264022020NE800632	12028636000120	819,53
		158147264022020NE800418	29928575000150	417,90
		158147264022020NE800419	13395341000155	4,00
		158147264022020NE800479	05746940000148	146,10
	MATERIAL LABORATORIAL	158147264022020NE800424	12028636000120	0,06
	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT, LABOR.HOSPIT.	158147264022020NE800428	24845457000165	1.364,36
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	158147264022020NE800634	65453615000119	2.530,00	
			TOTAL	49.365,99

Fonte: Tesouro Gerencial

8. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Instituto Federal de Alagoas.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade contábil, presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a *Lei 4.320/64*, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

Restrição 315 – Falta / restrição de conformidade de registro de gestão

A falta de registro da conformidade ocorre na integralidade dos lançamentos ocorridos nas Unidades de: Piranhas, Reitoria, Coruripe, Viçosa, Batalha, Maragogi e Rio Largo.

Porém, ocorre casos em que a conformidade de gestão é realizada de forma parcial, ou seja, é dada a conformidade em alguns dias do mês, é o caso das Unidades: Penedo, São Miguel dos Campos e Murici.

Apesar da não existência de conformidade de registro de gestão todos os lançamentos foram realizados com base em documentos que estão a disposição.

Restrição 603/609 - Saldo contábil do almoxarifado não confere com o RMA

Essa restrição ocorreu devido a não entrega em tempo hábil do relatório, como também de inconsistências que estão sendo analisadas com o objetivo de sanar as diferenças. Todas as Unidades pertencentes ao Ifal estão com saldos incompatíveis, exceto Penedo, São Miguel dos Campos e Maceió.

Restrição 606 - Saldo alongado nas contas de ativo

Na Unidade de Palmeira dos Índios, foi verificado a existência de saldo alongado quanto a adiantamento de viagens.

Restrição 640 – Saldo contábil bens móveis não confere com o RMB

Ocorre em todas as Unidades Gestoras do Ifal, devido a não conclusão de inventário em todas as Unidades.

Restrição 642- Falta/registro incompatível e depreciação, amortização, exaustão – Ativos Imobilizados

Ocorre em todas as Unidades Gestoras, em razão da não conclusão do inventário dos bens móveis, como também da fragilidade das informações patrimoniais inseridas no Sistema de Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC.

Restrição 634 - Falta de avaliação de bens móveis/ imóveis/ intangíveis/ outros

Ocorre em todas as Unidades Gestoras apenas para os bens móveis.

Restrição 643 - Falta/evolução incompatível amortização dos ativos intangíveis

Ocorre em todas as Unidades Gestoras, devido à falta de informações advindas da Coordenação de Patrimônio.

Restrição 651 – Saldo alongado/indevido nas contas de controle

As Unidades: Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema, Murici, São Miguel dos Campos, Arapiraca, Marechal Deodoro, Coruripe, Rio Largo e Palmeira dos Índios, estão com saldos alongados nas contas de contratos (pendência de análise) de serviços, fornecimento de bens, seguros ou aluguéis.

Restrição 674 – Regularização indevida de Ordens Bancárias canceladas

As Unidades de Santana do Ipanema e Coruripe, efetuaram a regularização das ordens bancárias no mês de outubro de 2021.

A Unidade de Penedo, está com saldo alongado referente a valor devido a fornecedor.

Restrição 684 – Falta de atualização de Passivo Exigível a Longo Prazo

Ocorre que na Unidade de Satuba, existe um saldo que trata de precatórios da época da Escola Agrotécnica de Satuba /AL. Abrimos processo administrativo solicitando orientação da Procuradoria Federal, no intuito de verificarmos se os valores ainda estão vigentes.

Restrição 736 – Falta de conformidade contábil da Unidade Gestora

As Unidades Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Coruripe, não efetuaram a conformidade contábil de UG no mês de setembro do corrente ano.

Restrição 773 – TED a comprovar

Alguns TEDs foram comprovados, no entanto estamos aguardando que a Unidade de origem efetue a devida baixa.

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

Contadora – IFAL

CRC/AL 6314/O-1